

Maná dos mares

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Muitos analistas têm concentrado sua atenção, nas últimas semanas, sobre o impacto que podem ter desdobramentos futuros em mercados de commodities sobre o desempenho da economia brasileira no curto e longo prazos.

De um lado, surgem temores de que a queda recente do preços de *commodities* atingiria de forma significativa as exportações brasileiras. A economia chinesa seria ainda pequena para garantir a demanda por commodities em um quadro recessivo. O Brasil “vai pagar o preço por não ter feito nada” em relação à infraestrutura, à educação, à saúde e à criminalidade, enfrentando uma onda de venda de seus papéis.

De outro lado, há o verdadeiro frenesi pela apropriação antecipada dos benefícios decorrentes do maná dos mares que tomou a forma de petróleo na camada do pré-sal. O presidente Lula insiste que a bonança reverta em benefício da educação e da “dívida secular” com os pobres. Mas se apresentam muitos outros beneficiários potenciais. Fornecedores domésticos de equipamentos e insumos buscam tratamento favorecido nas compras geradas pelo projeto, em meio a sinais de profunda recaída protecionista. Onerar significativamente os custos de extração do petróleo parece ser detalhe sem maior importância. Para outros, os recursos derivados das novas descobertas poderiam ser solução para o déficit previdenciário. Ou seja, ao invés de enfrentar as distorções do sistema previdenciário através de uma reforma que reduza tais gastos a níveis comparáveis aos de países bem mais ricos do que o Brasil, a natureza ofereceu-nos “solução” indolor. Em meio a pretensas preocupações com potencial doença holandesa – perda de competitividade das atividades fora do setor exportador de *commodities* – o que se vê é a manifestação de velhas doenças bem brasileiras: recaída no protecionismo e incapacidade de controlar o gasto público.

Mesmo antes que se tornassem públicas as descobertas petrolíferas, qualquer avaliação objetiva do governo Lula tenderia a concordar com a visão de muitos analistas internacionais quanto ao fracasso reformista. O governo mostrou-se singularmente estéril, e em alguns casos inepto, na concepção de políticas que minorassem deficiências detectadas por diagnóstico consensual. Afora modestos avanços na reforma previdenciária no primeiro mandato, seu sucesso deveu-se à continuidade das políticas do governo anterior, principalmente quanto às políticas econômicas e sociais. Os programas sociais, embora ampliados financeiramente, foram conceitualmente herdados do governo anterior. A política macroeconômica, jóia da coroa, tem sido a do governo anterior.

Precedentes históricos poderiam servir para explicar a inércia do governo atual. De fato, que governos do Brasil republicano se destacaram pela “imaginação reformista” ? Há vários candidatos, para o bem e para o mal. O primeiro foi Campos Sales, que arrumou a casa depois de quase uma década de anarquia, colocando as finanças públicas em relativa ordem, restaurou serviços interrompidos, renegociou a dívida externa e as garantias ferroviárias. O segundo foi Getúlio Vargas, desde os diferentes regimes

cambiais, à reforma do serviço público, aos chauvinistas códigos de Águas e Minas, passando pela legislação social e a criação das grandes estatais. Talvez o mais espetacular período de reformas tenha sido durante o governo Castello Branco quando, para citar só algumas delas, foi reformulada a regulação do sistema financeiro, criado o Banco Central, reformada a legislação social, criados incentivos às exportações, unificado o mercado cambial, criadas regras de indexação, saneadas empresas estatais, modernizado o sistema tributário. Fernando Collor deixou sua marca na liberalização comercial e no início da privatização. Fernando Henrique Cardoso, como ministro e como Presidente, viabilizou reformas que asseguraram o fim da inflação alta através do Plano Real, aprofundou a privatização e iniciou a reforma previdenciária. Os leitores não devem se surpreender com a omissão de JK. Kubitschek foi mestre na arte lulista de explorar ao limite o arcabouço institucional herdado de outros governos. Quase sempre privilegiou soluções temporárias para alcançar seus objetivos: o melhor exemplo são os grupos executivos, criados para driblar a rigidez da máquina pública convencional.

Nos episódios mencionados havia um elemento comum: um clima de pátria em perigo, importante para concentrar as mentes. Em contraste, períodos de crescimento, 1943-1962 e 1968-1980, por exemplo, foram notavelmente estéreis quanto a reformas, prevalecendo o sentimento de que não se mexe em time que está ganhando.

Hoje a situação é diferente. Na história do Brasil independente, não há registro de ganho inesperado parecido com o que se antevê. O único episódio similar foi o “windfall” há quase 300 anos, quando se iniciou o ciclo do ouro. Mas boa parte da bonança foi transformada no palácio-convento de Mafra, na reconstrução de Lisboa pós-1755 e outras obras suntuárias na metrópole portuguesa.

O presidente Lula faria bem se abandonasse o clima carnavalesco que está cercado as comemorações do pré-sal. E contrariasse a história, criando condições para que o País se prepare para as significativas exportações de petróleo a partir de 2014 com projeto estratégico definido, amparado pela implantação de reformas estruturais que estão hoje pendentes. Seria lamentável se o País desperdiçasse essa oportunidade.

Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.